Demais Dívidas Contratuais				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos				
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	1.722.600	2.290.312	2.362.790	-
Disponibilidade de Caixa ¹	1.571.978	2.167.719	2.314.355	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.766.637	2.320.485	2.464.688	
(-) Restos a Pagar Processados	194.659	152.766	150.333	
Demais Haveres Financeiros	150.622	122.593	48.435	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.665.680	1.021.077	815.024	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.922.202	18.241.120	18.329.314	
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	18,91	18,15	17,34	
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	9,29	5,60	4,45	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	35.844.403	36.482.241	36.658.629	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	32.259.963	32.834.016	32.992.766	-

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000				
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	255.970	249.714	233.538	
PASSIVO ATUARIAL	3.504.546	3.504.546	3.504.546	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA				
DEPÓSITOS	332.618	159.128	94.278	
RP NÃO-PROCESSADOS	6.565	13.025	21.014	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO				

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 13/Set/2017 e Hora de emissão 15h

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

² Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos"

Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha
Secretário de Estado da Fazenda

Hélio Santos de Oliveira Goes
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal

Roberto Paulo Amoras
Auditor Geral do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO / 2017

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹				
INTERNAS (II)	123.728	121.424	119.476	
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	123.728	121.424	119.476	
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	123.728	121.424	119.476	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.922.202	18.241.120	18.329.314	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,69	0,67	0,65	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00%	3.942.884	4.013.046	4.032.449	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	3.548.596	3.611.742	3.629.204	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹				
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	-	-	-	-

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 13/Set/2017 e Hora de emissão 15:10h

¹ Inclui garantias concedidas por meio de fundos

Nota: Limite definido pela resolução nº 43, de 21.12.2001, do Senado Federal. No caso dos Estados, Distrito Federal e Municípios não poderá exceder a 22% da receita corrente líquida.

Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha
Secretário de Estado da Fazenda

Hélio Santos de Oliveira Goes
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal

Roberto Paulo Amoras
Auditor Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO / 2017

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ milhares

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna		
Externa		
Contratual	15.226	40.341
Interna	14.432	38.802
Empréstimos	14.432	38.802
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹		
Externa	794	1.539